

## REPENSANDO A PROBLEMÁTICA DA TRANSIÇÃO À ADULTEZ Contribuições para uma Antropologia das Idades

*Elaine Müller*

### Introdução

O artigo aqui proposto é fruto de minha tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE no ano de 2008, sobre os sentidos e a assunção da vida adulta. O trabalho, que a princípio dizia respeito à *transição da juventude à adultez*, foi sendo redirecionado a partir dos dados coletados em campo, e a tentativa de esboçar algumas contribuições para uma Antropologia das Idades da Vida foi sendo mais enfatizada neste caminho.

A pesquisa para a tese foi feita com dois grupos (no sentido de duas populações, pois não são necessariamente indivíduos que formem grupos): o de jovens em transição para a adultez e a de seus pais. A faixa etária dos jovens adultos foi estabelecida, a princípio, entre 20 e 30 anos, não sendo este um critério muito rígido. De fato a vivência do momento de transição foi o critério mais valorizado, e neste sentido foram entrevistados/as jovens com idades com menos de 20 ou mais de 30 anos. Para a identificação deste período, partiu-se da tríade de responsabilidades que têm sido utilizadas para a definição do status de adulto: responsabilidades residenciais, profissionais e conjugais/familiares. Desta forma, foram identificados como estando em transição para a adultez aqueles jovens que eram os responsáveis por pelo menos um destes domínios em sua vida. Com relação à geração dos pais, a prioridade foi dada para o trabalho com os próprios pais dos jovens entrevistados, recorrendo-se a outros adultos identificados como fazendo parte desta mesma geração, e que tivessem filhos em transição para a idade adulta.

Foram feitas entrevistas que buscaram estimular narrativas de vida sobre este período do curso da vida (neste sentido se enquadram na concepção de Daniel Bertaux). Ao todo foram entrevistados seis adultos e nove jovens, sendo que três de cada um deles tiveram suas trajetórias de vida trabalhadas com maior

profundidades na tese. Estes três jovens foram entrevistados em dois momentos diferentes de suas vidas, com intervalo entre um ano e dois anos e meio entre os dois encontros. Isto permitiu observar a transição à adultez *em transição*, numa perspectiva longitudinal, dando um panorama muito rico sobre a forma diversa como os indivíduos percebem o curso da vida à medida em que se deslocam nele.

Desde o princípio, alguns aspectos ficaram bem claros. Um deles era o de que eu pertencia à mesma geração que estudava, e que estava vivenciando eventos importantes na definição do status de adulto (o casamento, a assunção de um emprego estável, a casa própria, e, por fim, a chegada de um filho). Isto sempre era lembrado seja pelos jovens, seja pelos adultos (a geração parental), em nossas conversas. Nesse sentido, o número de jovens que participaram da pesquisa certamente foi muito maior do que aqueles formalmente entrevistados, se levarmos em consideração minha própria experiência de vida e os eventos e encontros que compartilhei com outros jovens-adultos de minha idade.

Outro aspecto era o de que a bibliografia sobre a transição à idade adulta não nos contemplava – pelo menos eu própria não me sentia contemplada naquelas proposições sobre aquisição de responsabilidades, autonomia, independência, já que todas estas coisas eu vivenciava, de alguma forma, há alguns anos. Também me incomodava a relação deliberada entre adultez e responsabilidade, como se a juventude fosse uma idade irresponsável. Era certo que os trabalhos sobre o tema eram escritos sob um viés adultocêntrico.

Na medida em que o trabalho de campo avançou, foi soando mais estranho pensar em termos de uma transição da juventude *para* a idade adulta, como se fossem duas fases separadas do curso da vida. Ficava claro que não é assim que os indivíduos vivenciam suas trajetórias. Então em que medida a noção de transição poderia ser equacionada para o entendimento deste período do curso da vida?

Estas foram algumas questões que tentei responder, ou ao redor das quais fiz novos questionamentos em minha pesquisa. Neste artigo, trago algumas de minhas proposições teóricas a este respeito, tentando contribuir para uma Antropologia das Idades da Vida.

A consideração da idade na pesquisa antropológica não é novidade. Os estudos sobre o parentesco, base da disciplina durante um longo período, de alguma forma precisaram pensar as classificações geracionais e a forma como a idade é utilizada em diferentes sociedades como um critério hierarquizador e ligado à reprodução cultural (Balandier, 1976). Seja nos estudos sobre o parentesco e a organização social a partir de grupos de idade, seja na explicação da transmissão da cultura ou da emergência do conflito de gerações, a idade esteve presente desde as etnografias clássicas dos primeiros antropólogos.

Algo diferente de considerar a idade como um dado etnográfico, no entanto, é tomá-la como objeto de reflexão, tentando explicar fenômenos ligados às diferentes idades da vida. Para Feixa (1996), foi a partir dos anos 1980 que ela se converteu em um objeto de reflexão central e não mais periférico para a teoria e a práxis antropológica, traduzindo-se num espaço de debate batizado de Antropologia da Idade (Keith, 1980 *apud* Feixa, 1996). Marcada pelo que Cohen teria chamado de “tropos de ambiguidade”, esta subárea da disciplina durante algum tempo careceu de um corpus teórico consistente, ainda que a Antropologia trouxesse consigo algumas propostas paradigmáticas importantes para a superação das limitações (Feixa, 1996).

Desde os anos 1980 muitos estudos foram feitos sobre diferentes idades da vida. Vimos o ápice e a queda de uma Antropologia da Juventude e, mais recentemente, a consolidação de uma Antropologia da Criança (Cohn, 2005), além de estudos valiosos sobre a velhice (Debert 2004; 1994; Britto da Motta, 1998). Importantes desafios ainda são postos, no entanto, para a construção de uma Antropologia da(s) Idade(s). O mais importante deles talvez seja a busca de *noções e de metodologias que sejam aplicáveis a estudos sobre diferentes idades*. Ou melhor, a abordagem destas diferentes “fases” da vida a partir de uma mesma perspectiva. Pautados na demanda social, de certa forma, os estudos nesta área têm sido centrados principalmente sobre “problemas” de diferentes idades. Remetendo à ideia de um “tropos de ambiguidade”, Feixa comenta:

La misma delimitación del campo en el ámbito anglosajón es ambivalente, pues el término *anthropology of age* (o a veces *anthropology of aging*) se suele identificar de manera un tanto eufemística con los estudios sobre tercera edad, largamente hegemónicos en Estados Unidos, mientras que los estudios sobre la infancia se suelen integrar en la etnografía escolar, los trabajos sobre la juventud acostumbran a ir asociados a la antropología de la marginalización, y los estudios sobre la vida adulta brillan literalmente por su ausencia (Feixa, 1996, p. 2).

Se observarmos a forma como a juventude tem sido largamente abordada na disciplina; e como a adultez simplesmente não aparece neste debate até recentemente, fica evidente que temos um importante ponto de partida para a teorização mais ampla sobre as idades da vida e sobre alguns desafios que ainda precisam ser perseguidos. Neste sentido, a observação do período do curso da vida tido como o da transição entre a juventude e a adultez foi particularmente interessante para esta reflexão.

A seguir, trarei uma discussão sobre as implicações metodológicas de uma assertiva amplamente aceita nos estudos sobre idade – o de que estas são relacionais. Depois, trato dos múltiplos sentidos dado à idade, e da possibilidade de uma abordagem numa perspectiva dos seus discursos. Por fim, remeto à

forma como a idéia de transição foi articulada em meu trabalho, que procurava desconstruir uma visão do curso da vida como composto por fases distintas.

### Idades em campo

Lydia Alpizar e Marina Bernal (2003), fazendo uma crítica aos estudos sobre juventude, afirmam que os mesmos são negadores ou não explicitadores da subjetividade de quem os investiga. Poucos seriam os pesquisadores que trabalham com juventude (eu ampliaria, e diria idade) que reconhecem e dão conta de maneira explícita da carga subjetiva a partir da qual realizam seu trabalho.

Quando falamos na transição à vida adulta, em geral se trabalha com certos eventos – aqui, aqueles que instituem uma série de responsabilidades do tipo conjugal/familiar, domiciliar, financeira/profissional. No meu caso, concomitantemente ao doutorado eu vivenciei alguns dos eventos cruciais para o que geralmente se define como vida adulta, na esfera familiar e profissional. Minha escolha foi assumir minha condição etária como sendo definidora da pesquisa que fazia. Em nenhum momento, aliás, minha idade deixou de ser importante: na maneira como era vista pelos interlocutores (de duas diferentes gerações); nas leituras que fiz sobre o tema. Em outras palavras, o ponto de partida de que as idades seriam relacionais, tal qual os gêneros, foi levado à exaustão, refletindo-se as implicações metodológicas desta afirmação.

Parece-me, aliás, que com relação aos estudos sobre idade e curso de vida, a explicitação do lugar do pesquisador é especialmente importante. Na revisão da literatura sobre o tema, pude observar que diferentes trabalhos têm tomado diferentes idades como sendo as mais críticas e mais propensas a desencadear momentos de crise nos indivíduos. De certo, diferentes posicionamentos dos pesquisadores frente aos problemas de suas pesquisas estão levando a leituras diversas sobre seus objetos<sup>1</sup>.

Esta questão levou-me a esboçar algumas proposições. A primeira diz respeito às relações que estabeleci, ou concretizei, durante o trabalho de campo para a tese, mas também em pesquisas que havia feito antes sobre juventude. Em todas estas situações, parecia-me que a questão da minha idade de alguma forma refletia-se no trabalho de campo, na maneira como via meus interlocutores e como era vista por eles. O trabalho de campo antropológico parece-me ser de fato o campo onde se refletem as especificidades do “objeto”, dos pressupostos teórico-metodológicos articulados pelo/a pesquisador/a, e dos sujeitos desta relação (quem são eles, como são vistos e aceitos, suas bagagens e subjetividades).

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre as implicações metodológicas da condição etária do/a pesquisador/a das idades da vida, vide Müller (2006).

Neste sentido, o trabalho de campo sobre idades, estabelecendo relações nas quais a idade importa, parece refletir algumas questões que nos são colocadas pelas idades da vida. E se as vimos como sendo construções sociais, como critérios classificatórios, como relacionais (e instituindo relações de poder, de luta e de negociação) não se pode esperar que estes seus aspectos apareçam apenas no “referencial teórico”. São questões metodológicas a serem enfrentadas e problematizadas.

Aliás, as escolhas teóricas que fazemos também refletirão em questões metodológicas. O que foi acumulado desde os primeiros estudos sobre idades da vida forma um repertório variado de abordagens. Assumir uma ou outra destas abordagens significa ver a criança, o/a jovem, o/a adulto/a ou o/a idoso/a de forma mais ou menos articulada com as outras idades, com culturas mais ou menos compartilhadas, como indivíduo socializado ou como agente social. Não é difícil imaginar que a forma como percebemos nossos/as interlocutores/as se reflete na relação que estabelecemos com eles/as.

A segunda proposição que sugiro ainda diz respeito a este tema, mas o “relativiza”. Se a condição etária de quem faz pesquisas com determinada idade se reflete no trabalho de campo, o faz de formas diversas – assim como o gênero importa mais ou menos de acordo com a pesquisa que é realizada. Ou seja, o tema que estudamos serve de mote e de norte para as relações que estabelecemos em campo. Talvez se nas minhas três pesquisas<sup>2</sup> eu estivesse perguntando coisas sobre hábitos de consumo ou gosto musical e não sobre como aqueles indivíduos vivenciam suas idades, teria estabelecido outras relações, com outro peso para minha idade e de meus/minhas interlocutores/as.

Em algumas falas dos interlocutores adultos, por exemplo, observei um tom de aconselhamento que me foi dirigido, como quando Dona Bartira sugeriu que eu desse logo a minha mãe um netinho – uma experiência muito especial para ela. Outras vezes, percebi a simples constatação de que éramos de gerações diferentes. E em outros momentos, nossas idades serviam também de parâmetros para falar de maturidade, do quanto eu, como os seus filhos e filhas, ainda tinha muito pela frente e muito a aprender em minha vida. O fato é que a minha idade estava presente em cada entrevista e em cada conversa estabelecida.

Vale ressaltar que o resultado da condição etária do/a antropólogo/a em campo é variado. Às vezes será um dificultador para o “acercamento” do cotidiano dos indivíduos, por conta do grande número de anos que separam as idades cronológicas (como relata Pais (1993)); ou por conta da grande diferenciação simbólica que se constrói na brecha de um pequeno intervalo de anos vividos (o caso de minhas pesquisas feitas na graduação e no mestrado).

---

<sup>2</sup>Müller (2000; 2004; 2008).

Outras vezes será uma forma de enxergar determinadas questões de forma mais inclusiva, ou vivencial<sup>3</sup>, como no trabalho de campo para a minha tese. Resultados da dimensão relacional das idades – mais do que algo dado, algo em constante negociação.

Um terceiro aspecto diz mais respeito à dimensão interpretativa de um trabalho etnográfico. Quando falamos de pesquisas sobre idades, não temos consenso nas leituras feitas sobre o que cada uma representa com relação às outras. Nenhum problema com relação a isto, é sinal de que se trata de um campo fértil para ricos debates. Mas se assumirmos que a pesquisa com idades envolve algo do “mundo do sensível”, como se se tratasse de uma realidade que não pode ser submetida apenas às ferramentas lógicas da ciência, como sugere Pais (1993), podemos pensar que na falta de consenso podem estar refletidas diferentes intersubjetividades. Ou seja, quem é o/a pesquisador/a, o que já vivenciou em sua vida, e o que carrega em seus ombros como sua bagagem está presente, de alguma forma, na leitura que faz de seus “objetos” (Pais, 2003).

Por fim, por tudo isso, parece-me que nos estudos sobre idade e curso da vida a explicitação do lugar do/a pesquisador/a é especialmente importante. Não seria o momento de realmente aceitarmos *a categoria idade (guardadas suas especificidades) como sendo tão relacional como gênero, e (tal como já acontece com esta última categoria) começarmos a explicitar também nossa condição etária em nossos trabalhos, na medida em que ela é um importante fator no estabelecimento de relações com nossos/as interlocutores/as?*

### Os múltiplos discursos e dimensões das idades da vida

É lugar comum nos estudos antropológicos sobre as idades da vida assumi-las como sendo *construções culturais e sociais*. Desta forma, se todos os indivíduos estão submetidos ao amadurecimento e ao envelhecimento do corpo, os sentidos atribuídos a estes processos variariam espacial e temporalmente, de acordo com cada cultura.

A abordagem da idade enquanto construção social e cultural nos permite perceber os aspectos políticos das idades da vida (a luta entre as diferentes idades), as configurações sociais (a idade como critério classificador em todas as culturas), as ideologias que conformam os valores dados a cada fase da vida, além da possibilidade de se assumir que as idades se constroem relacionalmente, referenciando-se mutuamente (Müller, 2004).

O fato é que se as idades são construídas cultural e socialmente, elas nunca deixam de ter uma base natural, e talvez um dos maiores desafios de uma

---

<sup>3</sup>Talvez se chegando perto de uma auto-antropologia...

Antropologia que se proponha a estudar este campo seja a proposição de caminhos teóricos para uma leitura ampla sobre as idades – tão ampla quanto parecem ser as noções articuladas por alguns interlocutores.

Parece-me que a aceitação da idade enquanto uma construção é de tão fácil assunção quanto a necessidade de se entender o que há para além, ou por trás, disso. Neste sentido, não deixa de ser útil refletir-se sobre que dimensões estão implicadas quando falamos em idade e em curso da vida. Diversos autores têm envidado esforços no sentido de perceber estas múltiplas dimensões que compõem o que se entende por idade. Bernardi (1985 *apud* Feixa, 1996) distingue entre a *idade psicológica* (que mediria o desenvolvimento cronológico de um indivíduo desde o seu nascimento até o presente), da *idade estrutural* (que mediria sua capacidade para desenvolver certas atividades sociais, o que se traduz em ritos de passagem como a iniciação ou em limites legais como a maioridade).

Laslett (*apud* Aapola, 2002) distingue cinco dimensões da idade: *cronológica*, *biológica*, *social*, *pessoal* e *subjéctiva*. Já Kansas (*apud* Aapola, 2002), fala em três categorias: o critério *individual de idade* (*baseada na experiência*), o critério *culturalmente definido* (que é *societal*), e o critério *biológico/físico* da idade. Para Kansas, a divisão mais significativa seria aquela feita entre definições individuais e sociais de idade. As definições individuais são baseadas na avaliação pessoal que as pessoas têm sobre sua idade. As definições sociais são criadas no contexto social. No entanto, esta divisão é problemática: mesmo as definições “individuais” de idade são criadas em contextos sociais e históricos, sendo baseadas em entendimentos culturalmente compartilhados sobre idade. Da mesma forma, os critérios usados nas definições biológicas de idade são definidos socialmente. A conclusão a qual chega Kansas é a de que a idade é, antes de tudo, uma construção social, mesmo no nível individual.

Keith (1980) fala em quatro dimensões de diferenciação etária: a *dimensão cognitiva* da idade enquanto uma fronteira social diz respeito ao uso da idade ou do envelhecimento como um princípio de categorização – a idade é uma base importante para distinguir os indivíduos?

A *dimensão ideológica/normativa* fala sobre a possível conexão entre a idade e certas obrigações ou deveres nem sempre realizados na vida social (os “oughts” e “shoulds”). As bordas das fronteiras etárias podem vir a definir diferenças ideológicas com o potencial de transformar fronteiras em alinhamentos conflituosos – sob quais condições e quais conseqüências a idade adquire estes tipos de saliência? Muitas sociedades possuem “relógios sociais” com normas amplamente compartilhadas sobre o *timing* dos principais eventos da vida. No entanto, há variação no grau de ordenação da prescrição destes eventos versus a atenção mais especial à idade em que eles devem acontecer. A avaliação do

comportamento e da personalidade também pode variar dependendo da categoria etária na qual um indivíduo está situado.

E *dimensão interacional* se refere à possibilidade dos indivíduos que compartilham uma característica como idade concentrarem sua atividade social dentro da fronteira que os descreve. Esta concentração é calculada não pela contagem do número de horas ou indivíduos, mas da proporção dos tipos de contato social compartilhados com os pares de idade. Para cada tipo de teia social, por exemplo, amizade, um indivíduo pode ter um repertório mais ou menos homogêneo de outros; e fora do arranjo inteiro de tipos de vínculo social, por exemplo, colegas de trabalho, de lazer, parceiros sexuais, uma maior ou menor proporção pode ser predominantemente homogênea etariamente.

A *dimensão corporativa* diz respeito ao fato de que a idade, como qualquer característica social, pode tornar-se a base de recrutamento de organizações formais, definindo as fronteiras de um grupo corporado. Embora grupos com outros propósitos manifestos possam ser etariamente homogêneos, a referência aqui é agrupar em termos explícitos de idade. Eles não são apenas recrutados pela idade, mas a idade é crucial na sua função corporada (Keith, 1980).

Sinikka Aapola (2002) diz que algumas destas dimensões têm representado conceitos descritivos e frouxamente definidos, que nem sempre se articulam com uma teorização antropológica mais ampla ou com dados de campo etnográficos. Uma saída encontrada por Aapola (2002) é a leitura das idades da vida através da análise do discurso. Para a autora, as dimensões da idade são discursos, formas mais ou menos sistematicamente organizadas de fala, baseadas em conceitos, ideias e práticas inter-relacionadas, e frequentemente ligados a instituições sociais. Esclarecendo alguns conceitos relacionados à idade, ela cria uma nova abordagem que a entende como fenômeno histórico, social e culturalmente construído.

Neste sentido, de acordo com Aapola (2002), teríamos quatro grandes discursos de idade (com seus respectivos sub-discursos, que não trarei aqui pelas limitações do espaço). O Discurso da idade cronológica seria a mais bem conhecida dimensão da idade, usada rotineiramente nas burocracias estatais modernas para categorizar as pessoas. Neste discurso a idade é medida quantitativamente pelo tempo passado desde o nascimento de uma pessoa.

O Discurso da idade física inclui estimativas sobre a condição corporal de uma pessoa, sua habilidade para funcionar e a aparência externa. Este discurso também está ligado ao desenvolvimental, já que geralmente se assume que certa idade cronológica corresponde a um estágio particular de desenvolvimento físico.

O Discurso da idade experimental pode ser definido como o da idade que uma pessoa subjetivamente atribui a ela mesma. Por ser definida comumente

em comparação a outras pessoas, também é chamada de idade relacional, e pode variar consideravelmente em diferentes situações.

O Discurso da idade simbólica refere-se às expectativas anexadas às várias fases da vida, observando os comportamentos, habilidades e estilos de se vestir adequados (alguns objetos e atitudes representam simbolicamente algumas idades). Mesmo na sociedade atual, em que se sugere que muitas normas de idade gradualmente se dissolvem, elas continuam tendo uma dimensão simbólica importante.

Extrapolando um pouco a idéia dos discursos de idade colocada por Aapola (2002), mas ainda tendo-a como referência, as falas dos interlocutores remetem ainda a uma série de dimensões da idade. Como alguns interlocutores puderam ser entrevistados em duas oportunidades, pode-se perceber que suas falas sobre o *ser jovem*, juventude, o *ser adulto* e a adultez, acompanharam, de certa forma, as mudanças – algumas bastante expressivas – destas trajetórias. A característica das idades de serem relacionais, desta forma, diz respeito não somente ao fato de que cada idade se constrói *em relação* às demais, mas também ao fato de que *o posicionamento dos sujeitos em seu curso da vida diz respeito à perspectiva através da qual eles percebem e definem as idades da vida.*

Na primeira entrevista feita com Vitória, ela morava com os pais e estava passando por uma espécie de crise de idade. Sentia-se nos últimos anos da juventude, o que dizia respeito, de certa forma, a perceber-se cada vez mais próxima de seu principal referencial de adultez, seus pais. Vitória sentia certo peso em perceber que não era independente financeiramente, e que não tinha condições de sair da casa de seus pais para o seu espaço, como sempre pensou que ocorreria quando chegasse àquela idade. Havia um entendimento por sua parte de que a idade adulta, para além da decrepitude biológica, é uma idade de independência, de saber se virar e se manter sozinha. Mais do que isso: se na juventude pode-se viver para si mesmo, na adultez passa-se a viver para outras pessoas, que então dependem de você. Juventude e adultez, desta forma, não são definidas apenas por limites naturais, mas também por uma *dimensão de autodeterminação e pelos tipos de relações sociais que são estabelecidas* nestes momentos do curso da vida.

Em 2007, Vitória foi entrevistada em seu apartamento alugado e por ela “montado”, após seis meses de mudança para São Paulo, numa rotina de gestão de um orçamento que ela própria havia se colocado, proveniente de suas economias, já que ela não estava trabalhando. A maneira como ela se percebia com relação à idade era, assim, bastante diversa da anterior. Agora ela se “sentia adulta” pois tinha o seu “bambu pra criar”, havia superado “muitas dessas aflições e dúvidas, autocríticas”. Por paradoxal que possa parecer, Vitória afirmava: “Mas

eu me sinto mais jovem, com mais coisa pela frente, e totalmente adulta porque agora eu tenho responsabilidades pesadas assim”.

Coerente com sua percepção da idade adulta como uma fase marcada pela independência e autonomia, Vitória se sentia, assim, plenamente adulta. Mas seu sentimento de adulez não a impedia de se sentir também mais jovem. Juventude e adulez, mais do que fases da vida, aparecem assim como *formas de se colocar diante da vida*.

A idéia de responsabilidade aparece na dimensão adulta da vida de Vitória. Esta idéia é bastante articulada por diversos interlocutores, e comumente utilizada para a definição do *status* de adulto nas pesquisas sobre a transição para a vida adulta. Dona Estela, a mãe de Vitória, quando perguntada sobre a partir de que momento de sua vida passou a se sentir adulta, lembrou que ter responsabilidade era algo que se podia ter desde muito cedo, e ela se questionava se seria isso que define a adulez. Se sim, ela teria sido adulta desde seus 15 anos, quando já era responsável por ela mesma, não dependia mais dos pais. Mas nesta idade, Dona Estela não tinha *maturidade*, algo que se adquire com a experiência, com o vivenciar de diversas situações. Dona Estela se perguntava ainda se havia sido preparada para ser adulta – a relação com os pais não era de muito diálogo, ela não tinha quem lhe ensinasse algumas coisas, a respeito da sexualidade, por exemplo. Por outro lado, ela também se questionava o que seria preparar uma jovem para ser adulta, o que seria estar preparada. A trajetória de Dona Estela é toda ela marcada pelo “aprender fazendo”, que ela contrapõe ao aprendizado que antecede o “fazer” próprio da geração de suas filhas (que fizeram faculdade antes de começar a trabalhar, enquanto ela aprendeu tudo sobre a sua vida profissional trabalhando).

Temos assim outra dimensão da idade: a da *experiência*. Individual, pessoal, intransferível, esta dimensão definia a maturidade das pessoas, e seria um dos elementos da adulez, talvez mais importante do que marcadores naturais (o dente do ciso), ou a idade cronológica (ter 18 anos). Se as responsabilidades podiam ser assumidas desde muito cedo pelas pessoas, isto não fazia delas pessoas maduras, pois o amadurecimento só se alcança com a experiência.

Com Bruna, outra de minhas entrevistadas da geração mais jovem, ficou claro mais uma vez que uma pessoa pode se sentir jovem e adulta ao mesmo tempo. Para ela, que havia dito que se percebia como adulta desde que decidiu que iria ter um filho, a adulez tinha a ver com o impulso na direção de formação de uma família, de um emprego estável: “esse tipo de coisa que você só começa a pensar, Elaine, quando você realmente tá adulto”. Antes disso, por mais que um jovem pense nestas questões é ainda de uma forma embrionária, “não tem uma diretriz”. Na sua fala, o sentimento de ser jovem ou adulto tinha a ver com a maneira como a pessoa *percebe o mundo*. Ela era adulta por ter dado um passo na formação de sua família e por estar buscando sua estabilidade profissional, mas

também era jovem por não ter pensamentos conservadores ou retrógrados, que ela chamaria de um “espírito velho”.

Assim como Vitória mudou sua maneira de perceber a idade conforme o caminhar de sua trajetória, Bruna confirmou algo muito recorrente nas entrevistas: a forma como os jovens começam perceber a adultez, ou idades emblemáticas enquanto marcadores de uma espécie de limite da juventude, como os trinta anos, de uma forma diferente quando se aproximam deste ponto. Assim, quando ela tinha 18 anos, namorar um rapaz de 30 era namorar um *coroa*. Hoje, seus amigos e ela própria estão nesta faixa etária, e ela não vê em nenhum deles este *coroa*.

Aqui, remeto a idéia de Featherstone de que a vida é um processo, o que implica em percebermos a perspectiva pela qual a enxergamos:

Outro problema é que nós olhamos a vida de dentro dela – nós estamos no rio, não há uma visão a partir da ponte – olhamos a partir do nosso próprio ponto particular de vida e fase da história. Ainda que possamos nos esforçar para nos distanciar, necessariamente, vemos as outras fases da vida de diferentes modos dependendo de nossa própria idade e ponto de vista (Featherstone, 1994, p. 61.)

Pautada nos discursos dos interlocutores, chegamos, então, às seguintes dimensões da idade:

- A idade é determinada biologicamente, tem seus limites naturais, que acompanham o ciclo da vida dos seres humanos de acordo com sua própria natureza;
- A idade é definida por dimensões como a autodeterminação e pelo tipo de relações que se estabelece em cada fase da vida. Assim, se ser jovem é viver para si próprio, ser adulto tem relação a se dedicar a outras pessoas;
- As idades dizem respeito à forma como as pessoas percebem o mundo a sua volta – ser jovem pode significar não perceber o mundo de uma forma conservadora ou retrógrada, ou ainda, ser adulto pode significar ver o mundo de uma forma mais consciente;
- As idades são definidas também a partir do referencial pelo qual as percebemos. Sentir-se mais próximo do referencial de adultez que temos (os nossos pais, por exemplo), reflete na maneira como percebemos a adultez, por exemplo;
- A idade é também definida por sua cronologia, pelo número de anos vividos. Isto tem relação tanto com a dimensão do determinismo biológico quanto com a dimensão ideológica das idades, que estabelece comportamentos adequados para cada fase da vida. Por mais que

hoje possa perceber-se a dissolução de padrões muito rígidos, com a juvenilização da existência humana e o culto ao corpo, temos ainda alguns limites, ainda que sejam definidos por percepções como a do *ridículo* e de *prematividade*;

- As idades são definidas pela experiência. Se pode-se ter responsabilidades desde cedo, a maturidade só se alcança com a vivência de múltiplas experiências – e maturidade pode ser também um referencial de adulez, mais do que a responsabilidade;
- Finalmente, as idades da vida não são fases distintas e sucessivas do curso da vida. Elas podem dizer respeito a diferentes formas de se colocar diante da vida – no que pesam todas as outras dimensões apontadas anteriormente. É cada vez mais difícil definir limites de passagem de uma idade para outra, uma vez que a idade passa a ser cada vez mais, no contexto urbano, ocidental e principalmente das camadas médias, outras coisas para além de uma etapa da vida.

### A transição

Pensar em transição nos remete a uma área clássica da Antropologia voltada ao estudo dos rituais, cuja trajetória se confunde com a própria história da disciplina. Faz-se necessário, no entanto, nos perguntar mos sobre a aplicabilidade desta noção para se pensar a passagem de uma idade a outra do curso da vida na contemporaneidade. Isto porque seja por pensar os rituais como eventos importantes para a transição de um *status* a outro de um indivíduo, seja por tomar os próprios rituais como uma sucessão ordenada de eventos, por trás dos estudos clássicos está claramente colocada a idéia de *transição* como *passagem de uma etapa a outra*. É neste sentido que se justifica perguntar-se sobre o que significa falar em um período de *transição* ao mesmo tempo em que se defende os limites da abordagem do curso da vida como uma sucessão de etapas. O que estaria significando então transição, se não o período liminar entre uma etapa e outra? Como identificar um período de transição quando a assunção da vida adulta parece prolongar-se cada vez mais, deixando de ser marcada por eventos decisivos?

Considerando que a própria idéia de transição é uma das imagens mais difundidas sobre a juventude (que representaria uma fase intermediária entre a infância ou adolescência e a adulez) podemos pensar algumas formas de associação juvenil como estando relacionadas com algum tipo de “desclassificação” que (não)define o não-mais-criança e o ainda-não-adulto. O risco de *pensar a juventude a partir da ótica da transição* reside em esvaziar os ricos

sentidos das construções dos jovens, pois estes mesmos estariam sendo pensados como os adultos que ainda não são, ou as crianças que eles não são mais. Neste sentido, tomo não apenas a juventude como um período transitório, mas todo o *curso da vida como um processo* (Featherstone, 1994), em que podemos registrar diferentes idades como detentoras de valores, ideologias, normas de comportamento e responsabilidades diferentes, embora relacionados entre si, construídos mutuamente e em constante dinâmica.

De qualquer forma, podemos falar em transição da juventude para a adultez, assim, no sentido de que socialmente têm-se idéias relativas à juventude e à adultez como períodos do curso da vida (embora estas não sejam as únicas idéias), podendo-se identificar os indivíduos como sendo jovens, adultos, ou como passando por um período intermediário – liminar – entre estas duas idades da vida. Também podemos assumir que o período de transição (esse processo) é significativo, e merece ser compreendido, inclusive porque pode nos dizer muito sobre o que significa ser jovem e ser adulto em nossa sociedade e sobre as formas diversas como o curso da vida é cronologizado.

É preciso também atentar para o fato de que algumas diferenças que eram bastante marcadas entre as diferentes idades da vida têm se tornado cada vez mais tênues. As roupas, adereços e lazeres juvenis são compartilhados com outras idades. Os jovens permanecem mais tempo na casa de seus pais, sem deixar de experimentar certa independência e autonomia, além de certas responsabilidades tidas tradicionalmente como sendo próprias da idade adulta. A própria idéia de que eventos apontados pela literatura como sendo marcos na assunção da adultez serem cada vez menos definitivos coloca em xeque o quão definidores seriam estes eventos para o *status* etário do indivíduo, ou o quão válidos eles seriam para servir como limiar para os pesquisadores apontarem o momento da “transição”.

É válido falarmos de uma transição de uma idade a outra? Penso que a idéia de transição só faz algum sentido se a desvincularmos de idéia de duas realidades distintas – a juventude e a adultez – às quais ela serviria como uma ponte. Se o processo de assunção da adultez se torna mais frouxo, se os limites entre as idades ficam mais fluidos, é preciso buscar por formas de entender a transição vendo-a também como um processo rico em si mesmo. As concepções dos meus interlocutores tendiam muito mais a ver a vida como um processo contínuo, não necessariamente composto por diferentes e distintas fases. A idéia de transição precisa ser pensada de forma cuidadosa, num contexto em que a vida toda parece tomar o sentido de uma transição – com as incertezas, inseguranças e crises que parecem estar relacionadas a situações de liminaridade (Bauman, 2007; Leccardi, 2005).

É preciso, por exemplo, deter-se no caráter mais subjetivo desta transição

à adultez. Jennifer Johnson-Hanks (2002) chama a atenção para a extrema variabilidade dos eventos da vida (no tempo, no espaço, mas também em ordem e sincronização). Por causa desta variabilidade, a autora sugere que nos afastemos da reflexão sobre os *eventos de transição* como sendo o que organiza as vidas dos indivíduos. Em lugar disto, a autora propõe o *foco nas instituições e aspirações*, reconhecendo que estas aspirações são múltiplas, mutáveis e aplicadas numa variedade de enquadramentos temporais. Assim, ela sugere que, em sociedades como a dos Beti, em que não há rituais que marquem a passagem de uma jovem para a adultez, ao invés de indicar que as etapas da vida destas mulheres são definidas pela procriação, é mais interessante sugerir que a vida delas não é organizada por etapas.

Segundo Johnson-Hanks (2002), entre os Beti o tempo social de eventos como deixar a escola, casar-se e ter filhos é sistemático, e o sistema simplesmente não é o de etapas. As conseqüências dos eventos da vida deitam-se nos tipos de *futuros potenciais* que eles podem ser mobilizados para autorizar. Dar à luz pela primeira vez não é uma transição estandardizada na adultez feminina, mas um *nexus* de potencial social futuro: uma *conjuntura vital*<sup>4</sup>.

Também Elsa Ramos (2006) prefere olhares diferentes para pensar a condição de jovens-adultos que residem como seus pais, para além da abordagem dos eventos, ou de passagem e transição a partir destes. A autora enfoca “as transformações microscópicas e progressivas nas relações intergeracionais”, antes da “passagem por patamares muito estanques, como término dos estudos, decoabitação, formação de um casal” (p. 45). A autora justifica sua posição a partir de três argumentos. O primeiro é que os estudos sobre a “passagem à idade adulta” pressupõem uma institucionalização do estatuto “jovem” pelo grupo, bem nos moldes dos ritos de passagem das sociedades tradicionais, que fariam a transição de uma etapa a outra da vida, todas bem delimitadas. As características destes ritos – “têm propriedades morfológicas, contêm uma dimensão coletiva, exercem-se num campo específico marcado por rupturas e descontinuidades, e são momentos críticos, tanto em termos individuais, quanto em termos sociais” (Ramos, 2006, p. 45) – fazem a autora questionar sua operacionalidade para pensar a situação dos jovens adultos que moram com seus pais.

Na coabitação intergeracional, as micromudanças observadas não podem ser definidas como rituais, na medida em que não possuem suas características. Se a validação por

---

<sup>4</sup> O conceito analítico de conjuntura vital refere-se à zona de possibilidades socialmente estruturada que emerge em torno de um período específico de transformação potencial na vida, ou nas vidas. É uma configuração temporária, de possível mudança, uma duração de incerteza e potencial (Johnson-Hanks, 2002).

‘um outro’ é um componente desse processo, ela não possui a dimensão coletiva. A legitimidade da definição de si como adulto encontra-se no lugar que os pais progressivamente reconhecem aos seus filhos, enquanto os pais são também ‘outros significativos’ (Berger e Kellner, 1988) que permitem essa evolução do lugar de cada um na relação. As ações que acompanham essas micromudanças, e que podem ser simbólicas aos olhos dos atores, buscam essa dimensão no sentido que lhe confere o jovem adulto e naquilo que ele desenvolve para transmitir esse sentido aos outros. Enquanto nos ritos o sentido vem do coletivo e é predeterminado, nesse caso o sentido é definido pelo indivíduo e fabricado na interação em que cada um dos pais é um interlocutor singular e em que a dimensão do grupo familiar cede lugar às negociações interindividuais. (pp.45-46)

Faria sentido, aqui, mencionar o caso de Bruna, que saiu da casa da mãe mas precisou voltar a morar com ela um tempo depois. O modo como Bruna diz se sentir por voltar a morar com a mãe – voltando a ter a vida que tinha quando “era pirralha”, e sendo tratada como se fosse “criança” – contribui para que ela tenha a sensação de um “retrocesso” em sua vida. Além disso, talvez boa parte dos jovens experimente uma assunção gradual de responsabilidades, como administrar seu espaço, cuidar de sua própria alimentação, dimensões, mais do que de independência, de autonomia, no sentido do indivíduo caminhar para saber “funcionar” sozinho. Quando perguntei a Tiago de que forma fazia sentido pensar a fase atual de sua vida em termos de transição, ele remeteu justamente ao que Elsa Ramos chama de micromudanças, lembrando bastante a reflexão da autora: “não é de uma hora pra outra que mudou aqui, mudou a minha vida, não, ela sempre foi devagarzinho, assim, mudando”. Em outras conversas nossas, Tiago falou sobre cozinhar sua própria comida, mas como estava com um problema digestivo ele preferia ir almoçar na casa da avó, onde se preparava alimentos mais saudáveis. Esta assunção gradual da autonomia pode, assim, admitir idas e vindas, mediante um aporte familiar que continua bastante presente.

O segundo argumento de Ramos (2006) diz respeito à “dessincronização dos patamares” que definiriam a passagem à idade adulta. A autora toma os estudos de Olivier Galland, que teria introduzido a ideia de “descontinuidade em uma concepção de linearidade temporal, social e familiar”, ou seja, as diferentes etapas da passagem à idade adulta não acontecem mais na mesma ordem, nem ao mesmo tempo. Acontece que a posição de Galland, para a autora, persiste na análise em termos de fases e etapas (tal qual o faria van Genneep). Para a autora,

O declínio dos ritos de passagem e o prolongamento da juventude colocam a questão de saber se é possível continuar a considerar as transições como transições, já que se prolongam: como distinguir a etapa da transição? E a transição pode ainda ser definida como uma etapa? (Ramos, 2006, p. 46)

Para Ramos, análises de “rupturas” institucionais como a de Galland são adequadas para se pensar a aquisição de independência, mas não a construção da autonomia, em cuja perspectiva o sentimento de realização pessoal seria mais importante que a passagem de patamares.

O terceiro argumento da autora diz respeito aos “limites da análise em termos de passagem à idade adulta”. Aqui a dificuldade seria identificar o exato momento em que se dá a separação. Praticamente todos os jovens com os quais trabalhei se percebem como sendo jovens e adultos ao mesmo tempo, ou seja, há uma dificuldade em se pensar em marcadores formais para a passagem de uma idade a outra. Isto nos remete, reafirmo, para a idéia de que *juventude e adultez, enquanto idades da vida, não são percebidas como etapas ou fases distintas. Assim, estudar a transição entre estas idades significa redirecionar um pouco a idéia de transição* – até porque descartá-la seria como jogar fora o bebê com a água do banho. Aliás, como tenho defendido, juventude e adultez, em suas múltiplas dimensões, significam também outras coisas para além de idades, às vezes se aproximando mais a estilos de vida, comportamentos ou formas de se posicionar diante da vida.

Passemos, então, a algumas colocações que me fazem refletir que a noção de transição faz algum sentido para pensar o período do curso da vida dos jovens com os quais dialoguei, e em outras proposições que nos fazem ressignificar o que poderíamos entender por transição, colocando, assim, em xeque, as conclusões tipológicas de muitos estudos sobre este processo.

A idéia de uma transição à adultez como algo significativo surge da comparação entre as duas gerações com as quais trabalhei. Tenho subsídios para pensar, a partir das entrevistas que foram feitas para minha pesquisa, que a percepção desta fase do curso da vida mudou nas últimas décadas. Pode-se dizer que na geração dos filhos, os jovens-adultos, é compartilhada uma idéia de que existem problemas que são próprios da fase que precede a plena assunção do *status* de adulto; que existe um *sentimento de geração* compartilhado entre aqueles que entram no mercado de trabalho e iniciam seus próprios núcleos familiares e que enfrentam questões parecidas por estarem fazendo-o contemporaneamente.

Os pais destes jovens-adultos contam suas trajetórias particulares e falam sobre questões que enfrentavam na época de suas vidas em que começaram a se sentir adultos. Eles não têm, no entanto, tantos elementos sendo compartilhados além do contexto sócio-econômico da época. Não há, entre os pais, o mesmo sentimento de que a transição à idade adulta é um período potencialmente complicado, difícil da vida; há, sim, os relatos de dificuldades enfrentadas nas trajetórias individuais deles.

Surge, assim, a idéia de *crise* para a geração mais jovem, expressada nestes

termos mesmo ou através de outras expressões que falam da angústia, da indecisão e da incerteza tanto com relação ao presente quanto ao futuro.

Existe, assim, a sensação de que se está num momento crucial da existência, no qual se “tem que tomar alguma decisão”, “tem que fazer alguma coisa”, “tem que se preocupar em como é que você vai estar daqui a um ano”. E “tem que ser agora”. Há o sentimento de que toda a existência depende do que se esteja sendo definido neste momento, e como os 30 anos parecem sempre ter o peso de um limite para a definição do futuro, quanto mais se aproxima deles, maior é a angústia.

Outra idéia para pensarmos a transição, ou a existência de possíveis marcos para a entrada na vida adulta, foi colocada por Sofia, que se percebe como uma mulher adulta já há algum tempo.

**Elaine:** E quando você acha que você começou a se sentir assim? Tem algum marco ou isso foi aos poucos? Como é que foi?

**Sofia:** Não. Eu acho que se eu olhar pra trás eu vou encontrar assim um marco, mas quando eu estava vivendo essa transição eu não tinha consciência disso não, eu acho que foi quando eu comecei a trabalhar, depois que eu saí da faculdade eu ainda demorei dois anos pra começar a trabalhar, então acho que foi isso nesse sentido de adulto, né?

Como tenho apontado, nossas percepções sobre os diferentes momentos do curso da vida, ou sobre as diferentes idades, mudam conforme mudamos de condição etária, e isto diz respeito ao aspecto relacional das idades da vida. Talvez os jovens que se percebem como estando hoje numa “encruzilhada” ou “em crise”, ao passarem por mais algumas experiências daqui a alguns anos dêem outro sentido a estes momentos. Talvez outros, passado algum tempo, percebam que hoje estão passando por situações que representarão um marco muito mais significativo em suas trajetórias do que lhes parece atualmente. Este seria mais um dificultador de se abordar a chamada transição à vida adulta a partir da análise dos eventos de transição.

### Considerações Finais

Tenho percebido que alguns pressupostos são amplamente “aceitos” nos estudos sobre diferentes idades da vida, sem que, no entanto, se tenha alguma preocupação com suas implicações teóricas e metodológicas mais amplas. Em outras palavras, fala-se muito que as idades são construções sociais, ou que se constroem relacionalmente, etc., mas não se chega ao limite destas assertivas,

algo que defendo como sendo fundamental para teorias mais abrangentes sobre as idades da vida.

Para alcançarmos, por exemplo, uma verdadeira Antropologia das idades da vida, acredito que seja necessário refletirmos sobre nossas leituras sobre cada uma destas idades. O que elas têm em comum? Quais noções podem contribuir para o olhar sobre diferentes idades? É preciso superar o engodo acadêmico que afirma o caráter relacional das idades e faz de conta que o/a pesquisador/a é um ser a-etário, como se sua idade não influenciasse nas relações que estabelece em campo ou nas leituras de seus dados.

É necessário refletir criticamente sobre pressupostos valorativos sobre diferentes idades, claramente expressos do lugar de um adulto que vê as outras idades problemáticas, ou os problemas das outras idades.

E, a partir dos dados que coletei no meu trabalho de campo, acredito que seja imperioso que se redirecione o entendimento de algumas noções, como as idéias de etapas/fases/transições, úteis acima de tudo para classificarem as trajetórias de vida segundo critérios absolutamente exteriores aos jovens-adultos, enquadrando-as em categorias como “precoces”, “tardias”, “precárias” ou “bem-sucedidas”.

Minha experiência contou para que eu questionasse uma espécie de obsessão pela adulez, como se os jovens tivessem planos ou estratégias para atingir este status, quando no fundo parece-me que os planos e estratégias para a estabilidade profissional, a constituição de uma família ou a independência financeira e domiciliar não são necessariamente pensadas a partir de uma concepção de vida como uma sucessão de etapas distintas e bem delimitadas. Um bom exemplo é a idéia de que as transições para a idade adulta podem ser reversíveis. Ora, nossas trajetórias são nossas experiências, algo que não nos tiram, e se voltar a morar com os pais após experimentar um período de moradia independente significar voltar a ser jovem após ter sido adulto, talvez precisemos repensar: juventude e adulez são aqui idades da vida? Qual o significado das idades da vida, são etapas de nossa existência? Como disse Dona Sílvia, tendendo a uma visão da vida como um continuum, simplesmente “a gente... vive”. Ou, nas palavras de Tiago:

A vida é uma só, né, vai se acrescentando com coisas, vai ocorrendo coisas aqui, coisas acolá, acho que **a transição é a vida inteira**, que você tá se transformando sempre assim, nunca você vai ser a mesma coisa, né, tá sempre ganhando conhecimentos, tendo experiências, tá sempre em transição eu acho.

## REFERÊNCIAS

- AAPOLA, Sinikka. (2002). Exploring Dimensions of age in young people's lives: a discourse analytical approach. *Time & Society*, vol. 11, n.º. 2/3.
- ALPÍZAR, Lydia e BERNAL, Marina. (2003). La construcción social de las juventudes. In: *Última Década*, n.º. 19, CIPDA Viña Del Mar, Nov 2003.
- BALANDIER, Georges. (1976). *Antropo-lógicas*. São Paulo: Editora Cultrix.
- BAUMAN, Zygmunt. (2007). *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. (1998). Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno CRH*. N. 29, jul./dez. 1998 – Dossiê Gênero e Família.
- COHN, Clarice. (2005). *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- DEBERT, Guita Grin. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. 1ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, FAPESP.
- FEATHERSTONE, Mike. (1994). O curso da vida: corpo, cultura e o imaginário no processo de envelhecimento. Tradução de Deborah Stuchi. In: *Textos Didáticos*, IFCH/Unicamp, 1(13):31-48, mar. 1994.
- FEIXA, Carlos. (1996). *Antropología de las edades*. In: *Cholonautas – Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales*. Disponível em <www.cholonautas.edu.pe>.
- JOHNSON-HANKS, Jennifer. (2002). On the limits of life stages in ethnography: toward a theory of vital conjunctures. *American Anthropologist*, 104 (3): 865-880, 2002.
- KEITH, Jennie. (1980). “The best is yet to be”: toward an Anthropology of Age. In: *Annual Review of Anthropology*. 9: 339-64, 1980.
- LECCARDI, Carmen. (2005). Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 17, n.º. 2. 2005.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Frequêntando o shopping: a sociabilidade entre jovens na praça*. Trabalho de Conclusão de Curso, Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC.
- MÜLLER, Elaine. (2008). “A transição é a vida inteira”: uma etnografia sobre a assunção e os sentidos da adultez. Tese de Doutorado. Recife: PPGA/UFPE.
- \_\_\_\_\_. (2006). *A idade do olhar: implicações da condição etária do/a pesquisador/a de juventudes*. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2006.
- \_\_\_\_\_. (2004). *As patricinhas no mundo do shopping center: um discurso e algumas práticas juvenis bem-comportadas*. Dissertação de mestrado - Antropologia. Recife: PPGA/UFPE.
- PAIS, José Machado. (2003). The multiple faces of the future in the labyrinth of life. *Journal of Youth Studies*. Vol. 6, n.º. 2, 2003.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RAMOS, Elsa. (2006). As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In: *BARROS, Myriam Lins de (org). Família e gerações*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

### **Resumo**

Tomando-se um recorte do curso da vida, o da transição da juventude à adultez, busca-se trazer algumas questões que contribuam para uma Antropologia das Idades da Vida: 1) se as idades são relacionais, este aspecto está presente no trabalho de campo e precisa ser trabalhado metodologicamente; 2) a idade pode assumir diversos significados, dependendo do posicionamento dos sujeitos no curso da vida; 3) embora a noção de transição pareça ser interessante para se pensar o momento crucial da vida dos/as jovens entrevistados, os dados apontam que a vida inteira é percebida como uma transição, na qual a mudança e os novos desafios não são privilégio de nenhuma idade.

**Palavras-chave:** juventude, adultez, curso da vida, transição.

### **Abstract**

Looking at the transition of youth to adulthood, from the perspective of the life course, it seeks to bring up questions that contribute to an Anthropology Life Ages: 1) if the ages are relational, this aspect is also present in the fieldwork and needs to be worked out methodologically; 2) age assumes diverse meanings, and change accordingly as the subjects move through the life course; 3) although the notion of transition seems pertinent to think about the crucial moment of the young interviewees lives, our data reveal that all of life is perceived as a transition in which change and new challenges are not the privilege of any one age.

**Key-words:** youth, adulthood, life course, transition.